

ZEN S.A. Indústria Metalúrgica

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas:

Em cumprimento aos preceitos legais e estatutários vigentes, apresentamos e submetemos a apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da controladora e consolidado que compreendem o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparativamente com o encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Em 2018 o faturamento da empresa cresceu 17% em relação ao ano anterior. Deve ser observado que 20% do faturamento total ocorreu pela venda de produtos que foram lançados nos últimos 3 anos e que, de forma geral, esta evolução representou uma maior diversificação em termos de portfólio de produtos, segmentos de atuação e regiões geográficas dentro e fora do Brasil. Também vale ressaltar que tal resultado levou a companhia a atingir ou superar a maior parte de seus indicadores econômicos frente ao ano anterior e as metas estabelecidas no orçamento anual de 2018. Para 2019 planejamos a continuidade do crescimento de dois dígitos percentuais, a continua expansão de nosso portfólio de produtos e a consolidação de novos negócios no segmento original e de reposição no Brasil e no exterior.

Permanecemos ao inteiro dispor para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Expressamos nossos agradecimentos a todos aqueles que tem participado ativamente do crescimento e desenvolvimento da Companhia.

Brusque, 18 de fevereiro de 2019.

A ADMINISTRAÇÃO





KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D'êça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil
Telefone +55 (48) 3205-5300
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da
ZEN S.A. Indústria Metalúrgica
Busque - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ZEN S.A. Indústria Metalúrgica (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da ZEN S.A. Indústria Metalúrgica em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão

ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 7 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000190/F-9



Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

ZEN S.A. Indústria Metalúrgica

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017			2018	2017	2018	2017
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa		1.037.129	1.026.926	1.669.584	13.771.471	Empréstimos e financiamentos	14	29.408.239	61.511.493	33.476.149	61.511.493
Aplicações financeiras	6	54.240.529	96.088.800	54.240.529	96.088.800	Fornecedores	15	12.782.781	12.773.946	17.032.698	32.560.555
Contas a receber de clientes	7	41.596.671	37.773.728	45.109.483	41.911.253	Salários e encargos sociais a pagar		8.952.829	7.924.875	9.012.072	8.175.159
Estoque	8	46.978.411	34.993.253	53.241.460	38.972.115	Participações nos lucros a pagar aos empregados		4.357.511	2.940.485	4.357.511	2.940.485
Outras contas a receber		690.161	673.374	690.161	673.375	Impostos e contribuições a recolher	17.c	2.528.745	2.014.518	2.528.745	2.014.518
Despesas do exercício seguinte		423.118	548.334	475.497	548.664	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		8.275.406	7.567.217	8.275.406	7.567.217
Impostos a recuperar	9	5.644.238	4.058.719	5.644.238	4.058.719	Outras contas a pagar		381.803	810.649	381.803	810.649
Total do ativo circulante		150.610.257	175.163.144	161.070.952	196.024.397	Total do passivo circulante		66.685.514	95.542.083	75.061.784	115.379.856
Não circulante						Não circulante					
Depósitos judiciais	16	3.114.629	3.044.722	3.114.629	3.044.722	Empréstimos e financiamentos	14	43.014.582	38.914.687	43.014.582	38.914.687
Impostos a recuperar	9	454.951	499.272	454.951	499.272	Provisão para contingências	16	3.114.629	3.044.722	3.114.629	3.044.722
Outras contas a receber		218.485	880.015	218.485	880.015	Impostos diferidos	10	5.599.221	6.534.697	5.599.221	6.534.697
Investimentos	11	2.312.179	1.051.434	227.954		Total do passivo não circulante		51.728.434	48.494.106	51.728.434	48.494.106
Imobilizado	12	78.060.551	74.104.764	78.060.551	74.104.764						
Intangíveis	13	1.583.427	1.615.150	1.583.427	1.615.150	Patrimônio líquido	17	50.000.000	50.000.000	50.000.000	50.000.000
Total do ativo não circulante		85.744.222	81.195.357	83.650.997	80.371.877	Capital social		54.435.611	47.496.530	54.435.611	47.496.530
Total do ativo		236.354.479	256.358.501	244.730.949	276.396.274	Reserva de lucros		326.445	116.076	326.445	116.076
						Ajuste acumulado de conversão	12.c	13.178.675	14.909.706	13.178.675	14.909.706
						Ajude de avaliação patrimonial					
						Total do Patrimônio líquido		117.940.731	117.522.312	117.940.731	117.522.312
						Total do passivo e patrimônio líquido		236.354.479	256.358.501	244.730.949	276.396.274

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ZEN S.A. Indústria Metalúrgica**Demonstrações dos resultados**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2018	2017	2018	2017
Receita operacional líquida	19	196.397.446	164.659.036	196.853.864	170.060.142
Custo dos produtos vendidos	20	<u>(152.077.599)</u>	<u>(128.224.960)</u>	<u>(148.715.498)</u>	<u>(130.502.046)</u>
Lucro bruto		<u>44.319.847</u>	<u>36.434.076</u>	<u>48.138.366</u>	<u>39.558.096</u>
Despesas operacionais					
Com vendas	20	(17.430.372)	(14.684.519)	(19.866.391)	(17.111.336)
Administrativas e gerais	20	(13.218.230)	(12.059.470)	(13.577.021)	(12.849.102)
Equivalência Patrimonial	11	1.050.374	(34.587)	-	-
Outras receitas (despesas) líquidas		<u>850.754</u>	<u>(880.823)</u>	<u>850.755</u>	<u>(880.823)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		<u>15.572.373</u>	<u>8.774.677</u>	<u>15.545.709</u>	<u>8.716.835</u>
Receitas financeiras	21	15.919.634	16.365.258	15.946.298	16.423.100
Despesas financeiras	21	<u>(19.761.624)</u>	<u>(16.665.933)</u>	<u>(19.761.624)</u>	<u>(16.665.933)</u>
Resultado do exercício antes do imposto de renda e contribuição social		<u>11.730.383</u>	<u>8.474.002</u>	<u>11.730.383</u>	<u>8.474.002</u>
Imposto de renda e contribuição social	22	<u>877.092</u>	<u>(253.212)</u>	<u>877.092</u>	<u>(253.212)</u>
Resultado do exercício		<u>12.607.475</u>	<u>8.220.790</u>	<u>12.607.475</u>	<u>8.220.790</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Jh

ZEN S.A. Indústria Metalúrgica

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

		<u>Controladora e consolidado</u>	
	Nota	2018	2017
Lucro líquido do exercício		12.607.475	8.220.790
Outros resultados abrangentes			
Ajuste acumulado de conversão	11.b	<u>210.371</u>	<u>75.752</u>
Resultado abrangente total do exercício		<u><u>12.817.846</u></u>	<u><u>8.296.542</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ZEN S.A. Indústria Metalúrgica

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

Controladora								
	Notas	Reservas de lucros					Total	
		Capital social	Retenção	Legal	Lucros acumulados	Ajuste acumulado de conversão		Ajuste de avaliação patrimonial
Saldos em 31 de dezembro de 2016		50.000.000	43.830.789	2.289.384	-	40.322	15.914.781	112.075.276
Dividendos distribuídos de lucros retidos		-	(1.033.508)	-	-	-	-	(1.033.508)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	1.522.840	-	(1.522.840)	-
Reversão de IRPJ e CSLL sobre avaliação patrimonial		-	-	-	(517.765)	-	517.765	-
Variação cambial de investimento no exterior		-	-	-	-	75.754	-	75.754
Lucro líquido do exercício		-	-	-	8.220.790	-	-	8.220.790
Destinações								
Dividendos e juros sobre o capital próprio		-	-	-	(6.816.000)	-	-	(6.816.000)
Constituição da reserva legal		-	-	411.039	(411.039)	-	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	1.998.826	-	(1.998.826)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		50.000.000	44.796.107	2.700.423	-	116.076	14.909.706	112.522.312
Dividendos distribuídos de lucros retidos		-	(951.135)	-	-	-	-	(951.135)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	12.e	-	-	-	2.622.775	-	(2.622.775)	-
Reversão de IRPJ e CSLL sobre avaliação patrimonial	12.e	-	-	-	(891.743)	-	891.743	-
Variação cambial de investimento no exterior	11.b	-	-	-	-	210.371	-	210.371
Lucro líquido do exercício		-	-	-	12.607.475	-	-	12.607.475
Destinações								
Dividendos e juros sobre o capital próprio	17.e	-	-	-	(6.448.292)	-	-	(6.448.292)
Constituição da reserva legal	17.b	-	-	630.374	(630.374)	-	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	17.b	-	7.259.841	-	(7.259.841)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		50.000.000	51.104.813	3.330.797	-	326.447	13.178.674	117.940.731

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ZEN S.A. Indústria Metalúrgica

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Lucro líquido do exercício antes do IRPJ e CSLL		11.730.383	8.474.002	11.730.383	8.474.002
Ajustes por:					
Despesas de juros	14	3.777.186	7.394.174	3.777.186	7.394.174
Variação cambial de adiantamentos de contrato de câmbio	14	3.932.015	1.261.270	3.932.015	1.261.270
Rendimentos de aplicações financeiras	6	(4.082.317)	(11.274.122)	(4.082.317)	(11.274.122)
Equivalência Patrimonial	11	(1.050.374)	34.587	-	34.587
Resultado na venda de bens do imobilizado	12	(13.619)	(419.345)	(13.619)	(419.345)
Depreciações e amortizações	12 e 13	13.001.364	11.699.440	13.001.364	11.699.440
		<u>27.294.637</u>	<u>17.170.006</u>	<u>28.345.012</u>	<u>17.170.006</u>
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber		(3.822.933)	(5.575.502)	(5.680.436)	(7.380.131)
Estoques		(11.985.158)	(4.848.566)	(14.269.345)	(4.022.693)
Outras contas a receber		769.959	(748.278)	910.470	(704.553)
Impostos a recuperar		(1.541.198)	1.064.401	(1.541.198)	1.064.401
Depósitos judiciais		(69.907)	(158.491)	(69.907)	(158.491)
Fornecedores		9.735	2.250.164	(13.014.800)	3.704.183
Salários e encargos sociais		1.027.954	419.906	836.913	514.173
Participação nos lucros a pagar aos empregados		1.417.026	(519.936)	1.417.026	(519.936)
Impostos e contribuições a recolher		514.427	573.938	514.427	575.346
Provisão para contingências		69.907	(2.420.368)	69.907	(2.420.368)
Outras contas a pagar		(362.674)	376.079	(362.674)	417.244
Caixa proveniente das operações		<u>13.321.776</u>	<u>7.583.353</u>	<u>(2.844.605)</u>	<u>8.239.181</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	22	(58.383)	-	(58.383)	-
Juros e variação cambial pagos	14	(3.684.332)	(7.725.282)	(3.684.332)	(7.725.282)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais		<u>9.579.061</u>	<u>(141.929)</u>	<u>(6.587.320)</u>	<u>513.899</u>
Aplicações financeiras	6	(26.243.366)	(40.356.997)	(26.243.366)	(40.356.997)
Resgates de aplicações financeiras	6	72.173.954	101.224.173	72.173.954	101.224.173
Aquisições de ativo imobilizado	12	(17.273.256)	(15.433.680)	(17.273.256)	(15.433.680)
Baixas de ativo imobilizado	12	786.469	2.422.893	772.850	2.422.893
Gastos com ativos intangíveis		(425.022)	(387.149)	(425.022)	(387.149)
Caixa líquido proveiente das atividades de investimentos		<u>29.018.779</u>	<u>47.469.240</u>	<u>29.005.160</u>	<u>47.469.240</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Juros sobre o capital próprio e imposto de renda pagos		(5.608.275)	(5.363.933)	(5.608.275)	(5.363.933)
Dividendos pagos		(951.135)	(1.033.508)	(951.135)	(1.033.508)
Captações de empréstimos e adiantamentos de contratos de câmbio	14	33.185.700	45.711.554	37.253.610	45.711.554
Amortizações líquidas de empréstimos e adiantamentos de contrato de câmbio	14	(65.213.927)	(86.106.113)	(65.213.927)	(86.106.113)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos		<u>(38.587.637)</u>	<u>(46.792.000)</u>	<u>(34.519.727)</u>	<u>(46.792.000)</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>10.203</u>	<u>535.311</u>	<u>(12.101.887)</u>	<u>1.191.139</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		<u>1.026.926</u>	<u>491.615</u>	<u>13.771.471</u>	<u>12.580.332</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		<u>1.037.129</u>	<u>1.026.926</u>	<u>1.669.584</u>	<u>13.771.471</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia tem como objetivo social, a produção e comercialização de peças para veículos automotores, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. A Companhia está sediada na Rua Guilherme Steffen, 65, Bairro Steffen, Brusque-SC.

As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e sua subsidiária Zen North América LLC localizada no EUA com uma participação acionária de 100% em 2018 e 2017. (conjuntamente referidas como 'Grupo').

2 Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - BR GAAP.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 7 de fevereiro de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 12** - vida útil do ativo imobilizado.
- **Nota explicativa 16** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

5 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Mudanças nas principais políticas contábeis

O Grupo aplicou inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018, os quais não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

Devido aos métodos de transição escolhidos pelo Grupo na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas

Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas também não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras da controlada incluída nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras da controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

c. Receita operacional de venda de bens

O Grupo adotou inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

1. Identificar o contrato com o cliente
2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato
3. Determinar o preço das transações
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho
5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho

Sendo assim, a receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá.

d. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação a diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade.

As provisões de estoques para realização (redução a valor de mercado) e para estoques de baixo giro e/ou obsoletos são constituídas quando considerados necessários pela Administração. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. O custo de certos itens do imobilizado em 31 de dezembro de 2007, data de transição do Grupo para os CPCs foi determinada com base em seu valor justo naquela data (*deemed cost*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão demonstradas na nota explicativa nº 12.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e Mensuração

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros for prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas estão demonstradas na nota explicativa nº 13.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente: (Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018)

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: (Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018)

A Companhia realiza uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: (Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018)

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: (Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018)

Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: (Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018)

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhe um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar contratos de instrumentos financeiros derivativos.

k. *Redução ao valor recuperável (Impairment)*

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido ao grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

l. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando o Grupo possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m. Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2) tenha um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo no período de aplicação inicial

(i) CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos

O Grupo deverá adotar o CPC 06(R2) Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019.

O Grupo avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

- o Grupo não finalizou o teste e a avaliação dos controles sobre os novos sistemas de TI; e
- as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que o Grupo apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

O CPC 06(R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06(R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Arrendamentos em que o Grupo é um arrendatário

O Grupo reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das instalações de fábrica e outros equipamentos. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque o Grupo reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

O Grupo anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

Não se espera nenhum impacto significativo sobre os arrendamentos financeiros do Grupo.

Com base nas informações atualmente disponíveis, o Grupo estima que reconhecerá obrigações de arrendamento de R\$ 35.406.027 em 1º de janeiro de 2019.

Transição

O Grupo pretende aplicar o CPC 06 (R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

O Grupo planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06(R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) e a ICPC 03.

(ii) Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9).
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRS 17 Contratos de Seguros

6 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 100,9% e 105% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

a. Movimentação

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Saldo no início do exercício	96.088.800	145.681.854
Novas aplicações	26.243.366	40.356.997
Resgates	(72.173.954)	(101.224.173)
Rendimentos	4.082.317	11.274.122
Saldo no final do exercício	54.240.529	96.088.800

7 Contas a receber de clientes

a. Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Contas a receber mercado interno	17.619.250	15.683.941	17.619.250	15.683.941
Partes relacionadas mercado externo (nota 18 b)	5.591.820	3.068.448	-	-
Contas a receber mercado externo	18.628.897	19.208.969	27.733.529	26.414.932
	41.839.967	37.961.358	45.352.779	42.098.873
(-) Provisão para créditos duvidosos	(243.296)	(187.620)	(243.296)	(187.620)
Total	41.596.671	37.773.738	45.109.483	41.911.253

b. Provisão para créditos duvidosos

A Companhia e sua controlada realizam o acompanhamento do valor realizável do seu contas a receber de clientes, levando em consideração a necessidade de provisão para possíveis perdas decorrente do não recebimento das duplicatas. As despesas com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram registradas na demonstração de resultado.

c. Garantias

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia e sua controlada não possuem duplicatas a receber de clientes dados em garantia de empréstimos e financiamentos.

8 Estoques

a. Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Produtos acabados	11.073.210	7.032.987	17.336.260	11.011.849
Produtos em elaboração	14.404.880	11.413.473	14.404.880	11.413.473
Matérias-primas	3.289.478	2.738.679	3.289.478	2.738.679
Materiais de consumo	5.945.903	4.146.947	5.945.903	4.146.947
Importações em andamento	343.927	495.816	343.927	495.816
Adiantamento a fornecedores	367.846	1.346.437	367.846	1.346.437
Mercadorias em consignação	2.277.633	1.922.414	2.277.633	1.922.414
Provisão para perdas em estoques	(69.977)	(69.977)	(69.977)	(69.977)
Componentes comprados	9.234.699	5.876.124	9.234.699	5.876.124
Embalagens	110.812	90.353	110.811	90.353
Total	46.978.411	34.993.253	53.241.460	38.972.115

b. Provisão para perdas em estoques

A Companhia e sua controlada realizam o acompanhamento do valor realizável dos estoques, levando em consideração a necessidade de provisão para perdas decorrente do menor valor entre o valor líquido de custo e o valor líquido realizável. As despesas com a constituição da provisão foram registradas na rubrica “custo dos produtos vendidos” na demonstração de resultado.

c. Garantias

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia e sua controlada não possuem estoques dados em garantia de empréstimos e financiamentos.

9 Impostos a recuperar

A Companhia tem registrado no ativo circulante e não circulante de acordo com sua expectativa de realização os seguintes créditos decorrentes das atividades operacionais:

	Controladora e consolidado	
	2018	2017
ICMS a recuperar	515.971	559.921
IPI a recuperar	38.061	38.061
Imposto de renda a recuperar	3.343.294	3.241.059
Contribuição social a recuperar	1.115.079	327.396
PIS a recuperar	166.121	44.118
COFINS a recuperar	763.923	190.698
Outros impostos a recuperar	156.738	156.738
Total	6.099.187	4.557.991
Circulante	5.644.238	4.058.719
Não circulante	454.951	499.272

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora e Consolidado		
	2018	2017
Ativo fiscal diferido		
Provisão para contingências	3.066.929	2.967.512
Provisão para créditos duvidosos	43.296	87.620
Provisão para itens obsoletos	69.977	69.977
Outros	319.140	245.610
	3.499.342	3.370.719
Passivo fiscal diferido		
Custo atribuído imobilizado (nota 12)	19.967.673	22.590.449
Base de cálculo	16.468.331	19.219.730
Imposto de renda	4.117.083	4.804.922
Contribuição social sobre o lucro	1.482.140	1.729.775
Impostos diferidos líquido - passivo não circulante	5.599.223	6.534.697

A Companhia apresenta os tributos diferidos passivos, líquidos dos ativos, quando os referidos tributos correspondem às mesmas entidades tributárias e há o direito executável e a intenção da administração da Companhia de liquidá-los pelo valor líquido.

11 Investimentos

a. Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Participação em controlada	2.084.225	823.480	-	-
Outros investimentos	227.954	227.954	227.954	227.954
	<u>2.312.179</u>	<u>1.051.434</u>	<u>227.954</u>	<u>227.954</u>

b. Movimentação do investimento controlada

	Zen North America.
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>823.480</u>
Equivalência patrimonial	1.050.374
Ajuste acumulado de conversão	<u>210.371</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>2.084.225</u>

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras na Companhia controlada.

	ZEN North América	
	2018	2017
Participação (%)	100,00	100,00
Total de ativos	16.052.515	23.929.701
Total de passivos	13.968.290	23.106.201
Patrimônio líquido	2.084.225	823.480
Receitas	35.242.925	28.981.659
Despesas	(34.192.551)	(29.016.246)
Resultado do exercício	1.050.374	(34.587)

12 Imobilizado (controladora e consolidado)

a. Composição do Saldo

		2018		2017	
Conta	Taxa de Deprec. % a.a.	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios	2 a 4%	1.821.369	(341.975)	1.479.394	1.521.892
Máquinas, equip. e instalações	3 a 10%	190.375.195	(126.871.649)	63.503.545	60.595.909
Ferramentas	10%	22.930.475	(16.713.889)	6.216.586	6.228.461
Móveis e utensílios	10%	5.012.994	(3.519.695)	1.493.299	1.289.145
Veículos	20%	106.238	(94.866)	11.372	21.120
Processamento de dados	20%	1.936.016	(1.451.858)	484.158	346.908
Outros	10 a 15%	5.232.171	(2.997.866)	2.234.306	2.542.124
Imobilizações em andamento		211.309	-	211.309	589.071
Adiantamento a fornecedores		2.426.582	-	2.426.582	970.134
Total		230.052.349	(151.991.798)	78.060.551	74.104.764

b. Movimentação em 2018

Conta	31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2018
Edifícios	1.521.893	-	-	(42.499)	1.479.394
Máquinas, equip. e instalações	60.595.909	12.235.328	(15.560)	(9.312.130)	63.503.547
Ferramentas	6.228.460	2.741.860	(365.264)	(2.388.471)	6.216.585
Móveis e utensílios	1.289.144	444.131	(6.616)	(233.361)	1.493.298
Veículos	21.120	-	-	(9.748)	11.372
Processamento de dados	346.908	268.479	(13)	(131.216)	484.158
Outros	2.542.125	127.010	(7.635)	(427.194)	2.234.306
Imobilizações em andamento	589.071	-	(377.762)	-	211.309
Adiantamento a fornecedores	970.134	1.456.448	-	-	2.426.582
Total	74.104.764	17.273.256	(772.850)	(12.544.619)	78.060.551

O ativo imobilizado da Companhia está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente nas suas operações.

c. Ajuste de avaliação patrimonial (custo atribuído)

Em 31 de dezembro de 2010, com base em Relatório de Avaliação Patrimonial, foram efetuados ajustes ao custo atribuído (*deemed cost*) e a revisão da vida útil, bem como a definição de eventuais valores residuais, da totalidade da conta: máquinas e equipamentos de grande porte.

Os efeitos deste ajuste, podem ser assim demonstrados:

	2018	2017
Custo atribuído	34.691.593	34.691.593
Realização acumulada	(14.723.920)	(12.101.144)
	19.967.673	22.590.449
IRPJ	(4.991.911)	(5.647.605)
CSLL	(1.797.088)	(2.033.138)
	(6.788.999)	(7.680.743)
Total	13.178.674	14.909.706

d. Valor recuperável do ativo imobilizado

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Administração considerou não haver necessidade de constituição de provisão para perdas no ativo imobilizado.

e. Bens dados em garantia

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia possui R\$ 9.813.000 de bens do ativo imobilizado dados em fiança para garantir empréstimos bancários conforme mencionado na nota explicativa 14.

13 Intangível

Controladora e Consolidado					
		2018	2017		
Contas	Taxa de Amortização % a.a.	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Marcas e patentes	10%	1.877.280	(904.276)	973.004	932.545
Direito de uso telefone		15.095	-	15.095	15.095
Processamento de dados	20%	3.968.347	(3.373.019)	595.329	666.214
Projetos	20%	1.922.036	(1.922.036)	-	1.296
Total		7.782.758	(6.199.331)	1.583.427	1.615.150

14 Empréstimos e financiamentos

a. Composição do saldo consolidado

Credor	Encargos	Vencimento	Finalidade	Moeda	2018	2017
HSBC	10,0%a.a.	15.07.18	Exportação	R\$	-	7.020.708
Bradesco	10,0%a.a.	15.11.19	Exportação	R\$	-	5.013.948
Bradesco	-	10.10.20	Imob.Consórcio	R\$	326.303	602.627
Bradesco	5,6%a.a.	15.07.22	Imobilizado	R\$	665.170	753.989
B. do Brasil	2,5a8,7%a.a.	15.09.23	Imobilizado	R\$	3.207.581	4.404.080
Itaú	11,0%a.a.	08.03.21	Exportação	R\$	20.093.047	3.862.956
Santander	11,0%a.a.	15.08.18	Exim	R\$	-	7.150.134
Santander	10,0%a.a.	15.07.18	Exim	R\$	-	10.487.468
Santander	CDI+2,01% a.a.	31.05.21	Exportação	R\$	10.066.591	-
FINEP	TJLP+3,5%a.a.	15.06.28	Giro	R\$	21.015.010	24.298.712
Santander	-	-	ACC	US\$	-	8.600.800
Santander	5,74% a.a.	25.10.19	Giro	US\$	4.067.909	-
Santander	-	02.04.20	PPE	US\$	6.716.320	-
Brasil	-	-	PPE	US\$	-	9.924.000
Bradesco	-	31.08.20	PPE	US\$	10.332.800	14.555.299
Itaú	-	-	Vendor	R\$	-	3.751.459
					76.490.731	100.426.180
Parcela classificada no circulante					33.476.149	61.511.493
Parcela classificada no não circulante					43.014.582	38.914.687

b. Movimentação

	Consolidado	
	2018	2017
Saldo no início do exercício	100.426.180	139.890.577
Variação cambial	3.932.015	1.261.270
Captações	37.253.609	45.711.554
Provisões de juros	3.777.186	7.394.174
Amortizações de juros	(3.684.332)	(7.725.282)
Amortização de principal	(65.213.927)	(86.106.113)
Saldo no final do exercício	76.490.731	100.426.180

a. Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por máquinas, equipamentos, avais e aplicações financeiras.

15 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fornecedores mercado interno	5.542.689	7.824.464	11.134.509	10.892.912
Partes relacionadas mercado externo (nota 18 b)	5.591.820	3.068.448	-	-
Fornecedores - convênio (i)	-	-	4.249.317	19.787.489
Fornecedores mercado externo	1.648.272	1.880.134	1.648.272	1.880.134
Total	12.782.781	12.773.046	17.032.098	32.560.535

- (i) A Companhia realiza a antecipação do recebimento de suas exportações para a controlada ZEN USA através do programa de financiamento de exportações do governo brasileiro - PROEX, onde recebe a vista as suas vendas e a controlada realiza os pagamentos diretamente ao Banco do Brasil no prazo de 180 dias. O programa não altera substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o fornecedor. Assim essas operações são apresentadas na demonstração do fluxo de caixa como fluxo das atividades operacionais

16 Provisão para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis, trabalhistas, tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus consultores legais externos é de R\$ 3.044.722 (R\$ 3.044.722 em 2017).

Descrição dos principais processos de perdas prováveis

INSS - Fator previdenciário e aviso prévio

A Companhia possui o montante de R\$3.066.929 (R\$2.967.512 em 2016) provisionado referente a ação visando declarar a inconstitucionalidade do FAP e/ou a ilegalidade de sua metodologia, o qual aguarda decisão do Tribunal Superior de repercussão geral (STF). Tais valores estão depositados judicialmente.

Contingências possíveis

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui processos no montante total estimado de R\$ 1.678.650 (R\$ 1.082.940 em 2017), cuja opinião dos consultores jurídicos é que o risco de perda é possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem a sua contabilização.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado é representado por 10.903.524 (dez milhões novecentas e três mil e quinhentas e vinte e quatro ações (2018 e 2017), sendo 9.976.186 (nove milhões novecentas e setenta e seis mil e cento e oitenta e seis) ações ordinárias e 927.338 (novecentas e vinte e sete mil trezentas e trinta e oito) ações preferenciais, sem valor nominal.

b. Reservas

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de lucros retidos

Foi constituída com os saldos de lucros acumulados de anos anteriores nos termos do art. 196 da Lei 6.404/76.

Nos termos do art. 199 da Lei 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

c. Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos foram calculados à alíquota de 25% sobre o lucro do exercício, após a reserva legal, conforme cálculo abaixo:

	2018
Lucro líquido do exercício	12.607.475
Reserva legal (5%)	<u>630.374</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>11.977.101</u>
 Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	 2.994.275
Juros sobre capital próprio (líquido de IR)	<u>5.480.956</u>

Como o valor de juros sobre capital próprio foram superiores ao dividendo mínimo, não houve provisionamento de dividendos adicionais nas demonstrações de 31 de dezembro de 2018.

Os juros sobre capital próprio foram calculados de acordo com a Lei nº 9.249/95, no montante de R\$ 6.448.200 (R\$ 5.480.956 líquido de imposto de renda na fonte). O valor dos juros é imputado ao valor dos dividendos.

18 Partes relacionadas

a. Controladora e parte controladora final

A Companhia é controlada pelas Holdings NEZ Participações Ltda e ZELLA Participações Ltda.

b. Saldos e transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2018 as operações com partes relacionadas referem-se a vendas da controladora para a controlada ZEN North América no valor total de R\$ 34.786.507 (R\$ 23.580.553 em 2017) cujo contas a receber junto à controlada é de R\$5.591.820 (R\$3.068.448 em 2017).

Adicionalmente a Companhia possui contrato de locação de imóveis com a empresa ligada Calin empreendimentos Imobiliários, para o prazo de 300 meses e no valor anual de R\$3.297.000, atualizados pelo IGP-M.

c. Remuneração do pessoal chave da administração

Os montantes referentes a remuneração do pessoal chave da administração, representado por seu conselho de administração e diretores estatutários foi de R\$ 3.755.360 em 2018 e R\$ 3.579.686 em 2017 na Companhia e sua controlada.

19 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Venda de produtos - mercado interno	134.984.250	113.768.848	134.984.250	113.768.848
Venda de produtos - mercado externo	70.252.144	64.798.301	70.252.144	64.798.301
Vendas para partes relacionadas - mercado externo (nota 17 b)	34.786.507	23.580.553	-	-
Revendas	-	11.500	35.242.925	28.993.159
Receita Bruta	240.022.901	202.159.202	240.479.319	207.560.308
Deduções de vendas	(43.625.455)	(37.500.166)	(43.625.455)	(37.500.166)
Receita operacional líquida	196.397.446	164.659.036	196.853.864	170.060.142

20 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custo dos produtos vendidos	152.077.599	128.224.960	148.715.498	130.502.046
Despesas comerciais	17.430.372	14.684.519	19.866.391	17.111.336
Despesas administrativas e gerais	13.218.230	12.059.470	13.577.021	12.849.102
	<u>182.726.201</u>	<u>154.968.949</u>	<u>182.158.910</u>	<u>160.462.484</u>

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Salários e ordenados	70.557.183	58.615.619	70.557.183	58.615.619
Matéria-prima, componentes e outros materiais	59.447.609	47.005.509	56.085.508	47.005.509
Depreciação	12.757.617	11.699.440	12.757.617	11.699.440
Gastos gerais de produção	7.307.266	9.038.221	7.307.266	9.038.221
Mão de obra e serviços de terceiros	7.650.369	7.284.360	7.650.369	7.284.360
Energia elétrica	4.194.392	3.913.220	4.194.392	3.913.220
Despesas com manutenção	4.519.908	3.716.279	4.519.908	3.716.279
Comissões sobre vendas	1.231.426	891.015	1.231.426	891.015
Outros custos e despesas	15.060.431	12.805.286	17.855.241	18.298.821
	<u>182.726.201</u>	<u>154.968.949</u>	<u>182.158.910</u>	<u>160.462.484</u>

54



21 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras				
Varição cambial	11.443.299	4.570.958	11.443.299	4.570.958
Juros ativos	293.580	439.666	293.580	439.666
Rendimento aplicação financeira	4.082.317	11.274.122	4.108.981	11.331.964
Descontos ativos	100.438	80.512	100.438	80.512
	<u>15.919.634</u>	<u>16.365.258</u>	<u>15.946.298</u>	<u>16.423.100</u>
	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas financeiras				
Varição cambial	(13.543.051)	(5.894.407)	(13.543.051)	(5.894.407)
Atualização de empréstimos e financiamentos	(3.777.186)	(7.394.174)	(3.777.186)	(7.394.174)
Juros passivos fornecedores	(25.974)	(119.893)	(25.974)	(119.893)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(11.492)	(47.672)	(11.492)	(47.672)
Despesas com operações financeiras	(2.091.115)	(2.529.446)	(2.091.115)	(2.529.446)
Outras	(312.806)	(680.341)	(312.806)	(680.341)
	<u>(19.761.624)</u>	<u>(16.665.933)</u>	<u>(19.761.624)</u>	<u>(16.665.933)</u>

22 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro antes dos impostos	11.730.383	8.474.003	11.730.383	8.474.003
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquotas nominais	3.988.330	2.881.161	3.988.330	2.881.161
Efeito dos impostos sobre:				
- Equivalência patrimonial	357.127	(11.760)	-	-
- Juros sobre capital próprio	(2.192.419)	(2.317.440)	(2.192.419)	(2.371.440)
- Outras diferenças permanentes	(1.275.946)	(298.749)	(918.819)	(256.509)
Crédito (Débito) de imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>877.092</u>	<u>253.212</u>	<u>877.092</u>	<u>253.212</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido	935.475	253.212	935.475	253.212
Imposto de renda e contribuição social corrente	(58.383)	-	(58.383)	-

23 Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros, visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade, de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia e sua controlada.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxos de caixa futuros.

b. Classificação dos instrumentos financeiros (posição consolidada)

	2018	2017
	Custo amortizado	Custo amortizado
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	1.669.584	13.771.471
Contas a receber de clientes	45.109.483	41.911.253
Outras contas a receber	690.161	673.375
Aplicações financeiras	54.240.529	96.088.800
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	76.490.731	100.426.180
Fornecedores	17.032.098	32.560.535

c. Valor de mercado dos instrumentos financeiros - Valor Justo

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas e se aproximam dos seus valores justos.

d. Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia opera com estoques reguladores desses insumos.

e. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos, buscando captações de operações de empréstimos e financiamentos com taxas pré-fixadas, exceto pelas operações com o FINEP que possuem exposição a variação da TJLP.

f. Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano, utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. A exposição contábil da Companhia à moeda estrangeira estava assim representada (em Reais):

	2018	
	Controladora	Consolidado
Ativo		
Contas a receber de clientes	24.220.717	27.733.529
Passivo		
Fornecedores	(1.648.272)	(1.880.134)
Empréstimos e financiamentos	(17.049.120)	(21.117.029)
	<u>5.523.325</u>	<u>4.763.366</u>

Sensibilidade para a exposição a variação de cotação de moeda estrangeira

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre seus empréstimos e financiamentos sujeitos a riscos de variação de cotação de moeda estrangeira.

O cenário base provável para dezembro de 2018, foi definido através de premissas disponíveis no mercado (fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil do dia 18 de janeiro de 2019) e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e índices do cenário previsto para 2019 e as vigentes em dezembro de 2018. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre as taxas de juros, índices flutuantes e variações cambiais consideradas no cenário provável.

Moedas e índices	Taxa 31/12/2018	Cenário provável	Cenário possível Δ 25%	Cenário Remoto Δ 50%
Dólar norte americano	3,87	3,80	4,75	5,70

Sensibilidade variação de cotação de moeda estrangeira

	Consolidado			
	Saldo em 31.12.2018	Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Ativo				
Clientes	27.733.529	(501.640)	6.933.382	13.114.304
Passivo				
Empréstimos e Financiamentos	(21.117.029)	381.962	(4.801.805)	(9.985.572)
Fornecedores	(1.880.134)	34.008	(427.524)	(889.056)
	<u>4.736.366</u>	<u>(85.670)</u>	<u>1.704.053</u>	<u>2.239.676</u>

g. Risco de crédito

Decorrem da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito, e considera que o risco de crédito com seus clientes é baixo com base no histórico de pagamentos.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui ainda a provisão para créditos de liquidação duvidosa para fazer face ao risco de crédito.

h. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o ponto em que a Companhia e sua controlada irão encontrar dificuldades em cumprir com seus passivos financeiros de curto prazo. A tabela abaixo demonstra o cronograma de obrigações da Companhia:

	Consolidado			
	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Total
Fornecedores	17.032.098	-	-	17.032.098
Instrumentos a taxas de juros:				
Empréstimos e financiamentos	33.476.149	20.864.216	22.150.366	76.490.731
	<u>50.508.247</u>	<u>20.864.216</u>	<u>22.150.366</u>	<u>93.522.829</u>

i. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e sua controlada e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e sua controlada.

O objetivo da Companhia e sua controlada é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação; e buscar eficácia de custos, sem restringir a iniciativa e a criatividade de seus profissionais.

* * *

Diretoria

Gilberto Heinzelmann - Diretor Presidente

Alberto dos Santos Martarello –
Diretor Administrativo e Financeiro

Eduardo Bertolini - Diretor Industrial

David Albert Michel Catasiner –
Diretor Comercial

Conselho de Administração

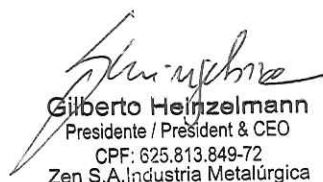
Flavio Cesar Maia Luz - Presidente

André Luiz Zen - Vice Presidente
Antonio Carlos Zen

Paulo Cezar da Silva Nunes

Marcos Sergio de Oliveira


Contador
Jamil Lorencette
CRC N° SC-029.339/O-7
CPF: 591.259.509-91


Gilberto Heinzelmann
Presidente / President & CEO
CPF: 625.813.849-72
Zen S.A. Indústria Metalúrgica